

## **Ata da Reunião da Comissão de Regimento Interno e Procedimentos, realizada no dia 18 de março de 2010.**

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, às dezesseis horas e trinta minutos, sob a presidência da desembargadora Cleonice Silva Freire e presente os membros desembargadores Cleones Carvalho Cunha, Nelma Sarney Costa e José Bernardo Silva Rodrigues, reuniu-se a Comissão de Regimento Interno e Procedimentos, apreciando os seguintes processos: **Processo nº 1016/2010 no qual a Associação dos Magistrados do Maranhão requer seja dada publicidade aos pedidos de permutas entre magistrados e alteração do art. 159 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça:** à Comissão, unanimemente, considerando o disposto no PCA nº 200910000047180 do Conselho Nacional de Justiça acolheu o requerido sugerindo a alteração da redação do art. 159 do Regimento de acordo com o projeto de resolução anexo a esta ata. **Processo nº 36817/2009 no qual a procuradora-geral de Justiça solicita sejam tomadas medidas necessárias para a adoção do sistema de tramitação direta dos inquéritos policiais entre o Ministério Público e a Polícia:** à unanimidade a Comissão, após a leitura da manifestação do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos que inclusive propõe a extinção da Central de Inquéritos da Comarca de São Luís, resolveu sugerir ao Plenário a criação de uma comissão formada pelos desembargadores José Joaquim, José Bernardo e Froz Sobrinho, presidida pelo primeiro, que reunidos com os juízes das varas criminais de São Luís e também o da Central de Inquéritos apresentassem um estudo final sobre o requerido pela douta procuradora-geral e sobre a extinção da Central de Inquéritos. **Ofício nº 568/2009/Gab do então corregedor-geral da Justiça que propõe alteração do Regimento Interno quanto aos prazos para posse dos juízes de direito após promoção, remoção, permuta e titularização:** unanimemente foi considerada prejudicada a matéria por já ter sido apreciada pelo Plenário. **Processo nº 4854/2009 no qual a Associação dos Magistrados dos Maranhão requer alteração do Regimento Interno do Tribunal:** o processo havia sido adiado a pedido de vista do desembargador Cleones Cunha e a Comissão, unanimemente decidiu seja aguardada a edição da nova resolução do CNJ que tratará de remoção dos magistrados, porém, sugerindo ao senhor corregedor-geral o cumprimento das sugestões apresentadas. **Do que para constar, foi por mim, Cleones Cunha, designado secretário ad hoc da Comissão, lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.**

Desembargadora Cleonice Silva Freire, presidente

Desembargador Cleones Carvalho Cunha, secretário designado

Desembargadora Nelma Sarney Costa, membro

Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, membro

### Projeto de Resolução

Altera a redação do art. 159 do Regimento  
Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão

Art. 1º O parágrafo 5º do art. 159 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159. ...

...

§ 5º Instruído o processo de permuta será dada divulgação do pedido por meio de edital publicado no Diário da Justiça e no *site* do Tribunal de Justiça para que, no prazo de três dias, possa ser impugnado por qualquer magistrado.

Art. 2º Fica acrescido ao art. 159 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão o parágrafo 6º com a seguinte redação:

Art. 159. ...

...

§ 6º Transcorrido o prazo do parágrafo anterior, o processo será encaminhado ao corregedor-geral da Justiça que se manifestará sobre as exigências dos incisos I, II, III e IV do art. 145 do Regimento Interno, sobre o disposto neste artigo, sobre qualquer impugnação que tenha sido apresentada e ainda sobre a conveniência da Justiça sobre o pedido.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.